



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA  
COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS,  
DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

EXCELENTÍSSIMO SENHOR  
PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA DA  
REPUBLICA

Ofício n.º 593/1ª –CACDLG (Pós RAR) /2009

Data: 21-07-2009

**ASSUNTO: Proposta de Lei n.º 274X/4ª (GOV) – Texto final e relatório da discussão e votação na especialidade.**

Para os devidos efeitos, junto se envia texto final, relatório da discussão e votação na especialidade e propostas de alteração da **Proposta de Lei n.º 274/X/4ª (GOV)** – “*Define a natureza, a missão e as atribuições da Polícia Judiciária Militar, bem como os princípios e competências que enquadram a sua acção enquanto corpo superior de polícia criminal auxiliar da administração da justiça*”, aprovado na reunião de 16 de Julho de 2009 da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, registando-se a ausência do PEV.

Com os melhores cumprimentos,

O Presidente da Comissão

(Osvaldo de Castro)

ASSEMBLEIA DA REPUBLICA
Divisão de Apoio às Comissões
CACDLG
N.º Único <u>322008</u>
Entrada/Saída n.º <u>593</u> Data: <u>21/07/09</u>



**ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA**  
**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS,**  
**DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS**

**RELATÓRIO DA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO NA ESPECIALIDADE**  
**DA PROPOSTA DE LEI N.º 274/X**

***DEFINE A NATUREZA, A MISSÃO E AS ATRIBUIÇÕES DA POLÍCIA***  
***JUDICIÁRIA MILITAR, BEM COMO OS PRINCÍPIOS E COMPETÊNCIAS QUE***  
***ENQUADRAM A SUA ACÇÃO ENQUANTO CORPO SUPERIOR DE POLÍCIA***  
***CRIMINAL AUXILIAR DA ADMINISTRAÇÃO DA JUSTIÇA***

1. A Proposta de Lei em epígrafe, da iniciativa do Governo, baixou à Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias em 10 de Julho de 2009, após aprovação na generalidade.
2. Na sua reunião de 16 de Julho de 2009, na qual se encontravam presentes todos os Grupos Parlamentares, à excepção do PEV, a Comissão procedeu à discussão e votação na especialidade da Proposta de Lei, tendo intervindo no debate os Senhores Deputados Ricardo Rodrigues (PS), Fernando Negrão (PSD), António Filipe (PCP) e Nuno Magalhães (CDS/PP), e registando-se em todas as votações a ausência do PEV, de que resultou o seguinte:

◆ **Propostas de alteração apresentadas pelo Grupo Parlamentar do PS:**

- ***Proposta de substituição do artigo 6.º - Aprovada com votos a favor do PS, contra do PCP e do BE e a abstenção do PSD e do CDS/PP, na ausência do PEV;***



**ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA**  
**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS,**  
**DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS**

- *Proposta de substituição do artigo 7.º - Aprovada com votos a favor do PS, contra do PCP e do BE e a abstenção do PSD e do CDS/PP, na ausência do PEV;*
  - *Proposta de aditamento de um novo artigo 19.º (sendo o anterior 19.º renumerado como artigo 20.º) - Aprovada com votos a favor do PS, contra do PCP e do BE e a abstenção do PSD e do CDS/PP, na ausência do PEV;*
- ◆ **Redacção da Proposta de Lei (articulado remanescente)**
- *ARTIGOS 1.º a 20.º (anterior 19.º) - na redacção da Proposta de Lei - Aprovados com votos a favor do PS, contra do PCP e do BE e a abstenção do PSD e do CDS/PP, na ausência do PEV.*

O Senhor **Deputado António Filipe (PCP)** considerou que a proposta do Grupo Parlamentar do PS de aditamento de um novo artigo 19.º (norma revogatória) clarificava a intenção do proponente, na sequência das dúvidas que suscitara, na qualidade de Relator, no parecer elaborado.

Explicou que votara contra a Lei proposta, cuja apresentação considerava não ter qualquer justificação (baseando-se meramente no PRACE), por esta operar uma cisão no estatuto da Polícia Judiciária Militar: em vez de um Estatuto, passava a haver dois, sendo certo que matéria estatutária muito relevante seria regulada por diploma do Governo, cujo teor não se podia conhecer.

O Senhor **Deputado Luís Montenegro (PSD)**, registando previamente de forma positiva as propostas de alteração apresentadas pelo PS para os artigos 6.º e 7.º (na sequência de um parecer da CNPD), declarou considerar lamentável que o PS, tendo tido a oportunidade de evitar



**ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA**  
**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS,**  
**DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS**

reincidir num erro, tivesse aprovado uma solução que fazia vigorar duas Leis Orgânicas da Polícia Judiciária Militar, tal como fizera com a Polícia Judiciária: mantendo em vigor parte dos artigos da Lei n.º 200/2001, colocava em vigor duas Leis Orgânicas de forma incompreensível, ao invés de optar por integrar na nova Lei a lei n.º 200/2001 ou de proceder a uma alteração desta.


O Senhor **Deputado Nuno Magalhães (CDS/PP)** considerou que o texto aprovado decorria da má tradição da recente aprovação das leis orgânicas das forças de segurança, duas das quais tendo redundado em vetos presidenciais. Assinalou que a Proposta remetia para conceitos vagos e indeterminados e para diplomas que escaparão ao controlo da Assembleia da República.

O Senhor **Deputado Ricardo Rodrigues (PS)** disse compreender as questões suscitadas pelo PCP e assinalou que a restante oposição formulara juízos de maior relevância da forma do que do conteúdo da alteração legislativa.

3. Seguem em anexo o texto final da Proposta de Lei n.º 274/X e as propostas de alteração apresentadas.

Palácio de São Bento, em 16 de Julho de 2009

**O PRESIDENTE DA COMISSÃO,**

  
**(Osvaldo de Castro)**



**ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA**  
**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS,**  
**DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS**

**TEXTO FINAL DA**

**PROPOSTA DE LEI N.º 274/X/4.ª**

***DEFINE A NATUREZA, A MISSÃO E AS ATRIBUIÇÕES DA POLÍCIA  
JUDICIÁRIA MILITAR, BEM COMO OS PRINCÍPIOS E COMPETÊNCIAS QUE  
ENQUADRAM A SUA ACÇÃO ENQUANTO CORPO SUPERIOR DE POLÍCIA  
CRIMINAL AUXILIAR DA ADMINISTRAÇÃO DA JUSTIÇA***

**CAPÍTULO I**

**Natureza, missão e atribuições**

**Artigo 1.º**

**Objecto**

A presente lei define a natureza, a missão e as atribuições da Polícia Judiciária Militar (PJM).

**Artigo 2.º**

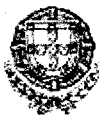
**Natureza**

A PJM, corpo superior de polícia criminal auxiliar da administração da justiça, organizado hierarquicamente na dependência do membro do Governo responsável pela área da defesa nacional e fiscalizado nos termos da lei, é um serviço central da administração directa do Estado, dotado de autonomia administrativa.

**Artigo 3.º**

**Missão e atribuições**

- 1 - A PJM tem por missão coadjuvar as autoridades judiciárias na investigação criminal, desenvolver e promover as acções de prevenção e investigação criminal da sua competência ou que lhe sejam cometidas pelas autoridades judiciárias competentes.
- 2 - A PJM prossegue as seguintes atribuições:



**ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA**  
**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS,**  
**DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS**

- a) Coadjuvar as autoridades judiciárias em processos relativos a crimes cuja investigação lhe incumba realizar ou quando se afigure necessária a prática de actos que antecedem o julgamento e que requerem conhecimentos ou meios técnicos especiais;
  - b) Efectuar a detecção e dissuasão de situações propícias à prática de crimes estritamente militares, em ligação com outros órgãos de polícia criminal e com as autoridades militares, bem como dos crimes comuns ocorridos no interior de unidades, estabelecimentos e órgãos militares;
  - c) Realizar a investigação dos crimes estritamente militares e de crimes cometidos no interior de unidades, estabelecimentos e órgãos militares, nos termos previstos no Código de Justiça Militar (CJM).
- 3 - Para efeitos do disposto na alínea *a)* do número anterior, a PJM actua no processo sob a direcção das autoridades judiciárias e na sua dependência funcional, sem prejuízo da respectiva organização hierárquica e autonomia técnica e táctica.
- 4 - Para efeitos do disposto na alínea *b)* do n.º 2 e no exercício das acções em matéria de prevenção criminal, a PJM tem acesso à informação necessária à caracterização, identificação e localização das actividades ali referidas, podendo proceder à identificação de pessoas e realizar vigilâncias, se necessário, com recurso a todos os meios e técnicas de registo de som e de imagem, bem como a revistas e buscas, ao abrigo do disposto no Código de Processo Penal (CPP) e legislação complementar.

**Artigo 4.º**

**Competência em matéria de investigação criminal**

- 1 - É da competência específica da PJM a investigação dos crimes estritamente militares.
- 2 - A PJM tem ainda competência reservada para a investigação de crimes cometidos no interior de unidades, estabelecimentos e órgãos militares, sem prejuízo da possibilidade de se aplicar ao caso o procedimento previsto no n.º 3 do artigo 8.º da



**ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA**  
**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS,**  
**DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS**

Lei n.º 49/2008, de 27 de Agosto.

- 3 - Os demais órgãos de polícia criminal devem comunicar de imediato à PJM os factos de que tenham conhecimento, relativos à preparação e execução de crimes da competência da PJM, apenas podendo praticar até à sua intervenção, os actos cautelares e urgentes para obstar à sua consumação e assegurar os meios de prova.
- 4 - O disposto no n.º 2 não prejudica a competência conferida à Guarda Nacional Republicana (GNR) pela Lei n.º 49/2008, de 27 de Agosto, ou pela respectiva lei orgânica para a investigação de crimes comuns cometidos no interior dos seus estabelecimentos, unidades e órgãos.

**Artigo 5.º**

**Dever de cooperação**

- 1 - A PJM está sujeita ao dever de cooperação nos termos da lei.
- 2 - As entidades públicas e privadas, nas pessoas dos respectivos representantes, devem prestar à PJM a cooperação que justificadamente lhes for solicitada.
- 3 - As pessoas e entidades que exercem funções de vigilância, protecção e segurança a pessoas, bens e instalações públicos ou privados, têm o especial dever de colaborar com a PJM.

**Artigo 6.º**

**Direito de acesso à informação**

- 1 - A PJM, no âmbito das suas atribuições e competências e no estrito respeito pelas normas e procedimentos aplicáveis:
  - a) Accede directamente à informação relativa à identificação civil e criminal constante dos ficheiros magnéticos dos serviços de identificação civil e criminal e presta obrigatoriamente colaboração na análise de aplicações de tratamento automático da informação com interesse para a prevenção e investigação



**ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA**  
**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS,**  
**DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS**

criminal, quando efectuada pelo Instituto das Tecnologias de Informação na Justiça, I. P;

- b) Acede directamente à informação relativa à identificação dos militares constante dos ficheiros de pessoal dos ramos das Forças Armadas e da GNR;
- c) Acede à informação de interesse criminal contida nos ficheiros de outros organismos nacionais e internacionais, competentes em matéria de investigação criminal, celebrando protocolos de cooperação sempre que necessário, sem prejuízo do estipulado em legislação própria.

2 - A PJM designa um oficial de ligação junto da Polícia Judiciária (PJ) para articulação específica com o Laboratório de Polícia Científica e a Escola de Polícia Judiciária.

Artigo 7.º

**Tratamento e protecção de dados**

- 1 - À PJM é admitida a constituição de bases de dados, de modo a organizar e manter actualizada, no âmbito das suas competências e atribuições, a informação necessária ao exercício dos respectivos poderes de prevenção e de investigação criminal, bem como a possibilitar o apuramento de dados estatísticos.
- 2 - O conteúdo e a exploração da informação armazenada nas bases de dados são realizados com rigorosa observância das disposições contidas na Lei da Protecção de Dados Pessoais.
- 3 - É responsável pela bases de dados o director-geral da PJM.
- 4 - A base contém os seguintes dados:
  - a) Nome;
  - b) Alcunha;
  - c) Posto;
  - d) Data de nascimento;





**ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA**  
**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS,**  
**DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS**

- e) Filiação;
  - f) Naturalidade;
  - g) Sexo e características físicas particulares, objectivas e inalteráveis;
  - h) Morada;
  - i) Número de telefone;
  - j) Situação profissional;
  - l) Número de recluso;
  - m) Número de ficheiro biográfico e de pessoas a procurar;
  - n) Número e o tipo de documentos de identificação referenciado no expediente;
  - o) Número de identificação bancária.
- 5 - Os dados podem ser transmitidos ao Ministério Público e aos órgãos de polícia criminal nos termos previstos no CPP.
- 6 - O direito de informação e de acesso aos dados pelo seu titular faz-se nos termos da Lei da Protecção de Dados Pessoais.
- 7 - Todos os acessos e comunicação de dados são devidamente inscritos em registo, contendo designadamente:
- a) Quem acedeu aos dados, no respeito da legislação aplicável;
  - b) O historial de consulta com respectiva data e hora;
  - c) Os nomes das pessoas responsáveis pela edição de dados e gestão do sistema.

Artigo 8.º

**Dever de comparência**

- 1 - Qualquer pessoa, quando devidamente notificada ou convocada pela PJM, tem o dever de comparecer nos dia, hora e local designados, sob pena das sanções previstas na lei processual penal.



**ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA**  
**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS,**  
**DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS**

- 2 - Tratando-se de militares na efectividade de serviço, a notificação faz-se por intermédio do comandante, director ou chefe de que dependem.
- 3 - Em caso de urgência, a notificação ou convocação referidas nos números anteriores podem ser feitas por qualquer meio destinado a dar conhecimento do facto, inclusivamente por via telefónica e, neste último caso, a entidade que faz a notificação ou a convocação identifica-se e dá conta do cargo que desempenha, bem como dos elementos que permitam ao chamado inteirar-se do acto para que é convocado e efectuar, caso queira, a contraprova de que se trata de um telefonema oficial e verdadeiro, devendo lavrar-se cota no auto quanto ao meio utilizado.

**CAPÍTULO II**

**Autoridades de polícia criminal**

**Artigo 9.º**

**Autoridades de polícia criminal**

- 1 - São autoridades de polícia criminal, nos termos e para os efeitos do CPP, os seguintes elementos da PJM:
  - a) O Director-Geral;
  - b) O Subdirector-Geral;
  - c) Os Directores das Unidades Territoriais;
  - d) Os Oficiais Investigadores.
- 2 - O pessoal de investigação criminal não referenciado no número anterior pode, com a observância do estipulado no CPP, proceder à identificação de qualquer pessoa.

**Artigo 10.º**

**Competências processuais**

- 1 - As autoridades de polícia criminal referidas no n.º 1 do artigo anterior têm ainda



**ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA**  
**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS,**  
**DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS**

especial competência para, no âmbito de despacho de delegação genérica de competência de investigação criminal, ordenar:

- a) A realização de perícias a efectuar por organismos oficiais, salvaguardadas as perícias relativas a questões psiquiátricas, sobre a personalidade e de autópsia médico-legal;
  - b) A realização de revistas e buscas, com excepção das domiciliárias e das realizadas em escritório de advogado, em consultório médico ou em estabelecimento hospitalar ou bancário;
  - c) Apreensões, excepto de correspondência, ou as que tenham lugar em escritório de advogado, em consultório médico ou em estabelecimento hospitalar ou bancário;
  - d) A detenção fora do flagrante delito nos casos em que seja admissível a prisão preventiva, existam elementos que tornam fundado o receio de fuga e não for possível, dada a situação de urgência e de perigo de demora, esperar pela intervenção da autoridade judiciária.
- 2 - A realização de qualquer dos actos previstos no número anterior obedece, subsidiariamente, à tramitação do CPP, e é, de imediato, comunicada à autoridade judiciária titular do processo para os efeitos e sob as cominações da lei processual penal e, no caso da alínea *d*) do número anterior, o detido tem de ser apresentado no prazo legalmente previsto à autoridade judiciária competente, sem prejuízo de esta, se assim o entender, determinar a apresentação imediata.
- 3 - A todo o tempo, a autoridade judiciária titular do processo pode condicionar o exercício ou avocar as competências previstas no n.º 1, nos termos da Lei n.º 49/2008, de 27 de Agosto.
- 4 - As diligências referidas nos números anteriores quando efectuadas em unidades, estabelecimentos e órgãos, são previamente comunicadas ao respectivo comandante ou chefe.
- 5 - A comunicação referida no número anterior é realizada em momento que não



**ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA**  
**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS,**  
**DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS**

prejudique a utilidade da diligência a realizar.

**CAPÍTULO III**

**Direitos e deveres**

**Artigo 11.º**

**Segredo de justiça e profissional**

- 1 - Os actos processuais de investigação criminal e de coadjuvação das autoridades judiciárias estão sujeitos ao segredo de justiça, nos termos da lei.
- 2 - O pessoal da PJM não pode fazer revelações públicas relativas a processos ou sobre matérias de índole reservada, salvo o que se encontra previsto neste diploma sobre informação pública e acções de natureza preventiva junto da população e ainda o disposto nas leis de processo penal.
- 3 - As declarações a que alude o número anterior, quando admissíveis, dependem de prévia autorização do director, sob pena de procedimento disciplinar, sem prejuízo da responsabilidade penal a que houver lugar.
- 4 - As acções de prevenção, os procedimentos contra-ordenacionais, disciplinares, de inquérito, de sindicância e de averiguações, bem como de inspecção, estão sujeitos ao segredo profissional, nos termos da lei geral.

**Artigo 12.º**

**Deveres especiais**

São deveres especiais do pessoal da PJM:

- a) Garantir a vida e a integridade física dos detidos ou das pessoas que se achem sob a sua custódia ou protecção, no estrito respeito da honra e dignidade da pessoa humana;
- b) Actuar sem discriminação em razão de ascendência, sexo, raça, língua,



**ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA**  
**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS,**  
**DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS**

território de origem, religião, convicções políticas ou ideológicas, instrução, situação económica ou condição social;

- c) Identificar-se como elemento da PJM no momento em que devam proceder a identificação ou detenção;
- d) Observar estritamente, e com a diligência devida, a tramitação, os prazos e requisitos exigidos pela lei, sempre que devam proceder à detenção de alguém;
- e) Actuar com a decisão e a prontidão necessárias, quando da sua actuação dependa impedir a prática de um dano grave, imediato e irreparável, observando os princípios da adequação, da oportunidade e da proporcionalidade na utilização dos meios disponíveis;
- f) Agir com a determinação necessária, mas sem recorrer à força mais do que o estritamente razoável para cumprir uma tarefa legalmente exigida ou autorizada.

Artigo 13.º

**Identificação**

- 1 - A identificação das autoridades de polícia criminal, demais investigadores e do pessoal de apoio directo à investigação faz-se por intermédio de distintivo metálico e cartão de livre-trânsito.
- 2 - A identificação do restante pessoal da PJM faz-se por intermédio de cartão de modelo próprio.
- 3 - Em acções públicas, o pessoal referido nos números anteriores identifica-se de forma a revelar inequivocamente a sua qualidade.
- 4 - Os modelos referidos nos números anteriores são aprovados por portaria do membro do Governo responsável pela área da defesa nacional.



**ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA**  
**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS,**  
**DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS**

Artigo 14.º

**Direito de acesso**

- 1 - Ao pessoal mencionado no artigo anterior, quando devidamente identificado e em missão de serviço, é facultada a entrada livre nos locais onde se realizem acções de prevenção, detecção, ou investigação criminal e de coadjuvação judiciária.
- 2 - Para a realização de diligências de investigação ou de coadjuvação judiciária, o pessoal da PJM, quando devidamente identificado e em missão de serviço, têm direito de acesso a quaisquer repartições ou serviços públicos, empresas comerciais ou industriais e outras instalações públicas ou privadas, no estrito respeito pela legislação aplicável.
- 3 - Às autoridades de polícia criminal, ao pessoal de investigação criminal e ao pessoal de apoio à investigação, quando devidamente identificados e em missão de serviço, é facultado o livre acesso, em todo o território nacional, aos transportes colectivos terrestres, fluviais e marítimos.

Artigo 15.º

**Uso de arma**

- 1 - A PJM pode utilizar armas e munições de qualquer tipo.
- 2 - Têm direito ao uso e porte de arma de serviço, de classes aprovadas por portaria conjunta dos membros do governo responsáveis pelas áreas da defesa nacional e da administração interna:
  - a) As autoridades de polícia criminal;
  - b) O pessoal de investigação criminal;
  - c) Outro pessoal a definir por despacho do director-geral, nomeadamente o pessoal de apoio directo à investigação criminal.
- 3 - O recurso a armas de fogo por pessoal da PJM é regulado pelo Decreto-Lei n.º 457/99, de 5 de Novembro.



**ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA**  
**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS,**  
**DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS**

Artigo 16.º

**Serviço permanente**

- 1 - As actividades de prevenção e investigação criminais são de carácter permanente e obrigatório e sujeitas a segredo de justiça.
- 2 - A permanência nos serviços pode ser assegurada, fora do horário normal e nos dias de descanso semanal e feriados, por serviços de piquete e unidades de prevenção, cuja regulamentação é fixada por despacho do director-geral.
- 3 - Os órgãos de polícia criminal que tenham conhecimento da preparação ou consumação de algum crime, ainda que não estritamente militar, devem, quando necessário, tomar as providências possíveis e necessárias para evitar a sua prática ou para descobrir e deter os seus autores, com observância das formalidades legais, até à intervenção da autoridade competente.
- 4 - Se algum órgão de polícia criminal apurar factos que interessem à investigação de que outro esteja incumbido, deve comunicar-lhos imediatamente.

Artigo 17.º

**Objectos que revertem a favor da PJM**

Os objectos apreendidos pela PJM que venham a ser declarados perdidos a favor do Estado são-lhe afectos, nos termos da legislação em vigor.

Artigo 18.º

**Impedimentos, recusas e escusas**

- 1 - O regime de impedimentos, recusas e escusas previsto no CPP é aplicável, com as devidas adaptações, às autoridades de polícia criminal, demais órgãos de polícia criminal e pessoal de apoio directo à investigação criminal, ou ao pessoal em exercício de funções na PJM.



**ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA**  
**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS,**  
**DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS**

- 2 - A declaração de impedimento e o seu requerimento, bem como o requerimento de recusa e o pedido de escusa, são dirigidos ao director-geral.

Artigo 19.º

**Norma revogatória**

São revogados os artigos 1.º a 17.º do Decreto-Lei n.º 200/2001, de 13 de Julho.

Artigo 20.º

**Entrada em vigor**

A presente lei entra em vigor no 1.º dia do mês seguinte ao da sua publicação.

Palácio de S. Bento, em 16 de Julho de 2009

**O Presidente da Comissão,**

**(Osvaldo de Castro)**





## PROPOSTA DE LEI N.º 274/X

**“Define a natureza, a missão e as atribuições da Polícia Judiciária Militar,  
bem como os princípios e competências que enquadram a sua acção  
enquanto corpo superior de polícia criminal auxiliar da administração da  
justiça”**

## PROPOSTA DE ADITAMENTO

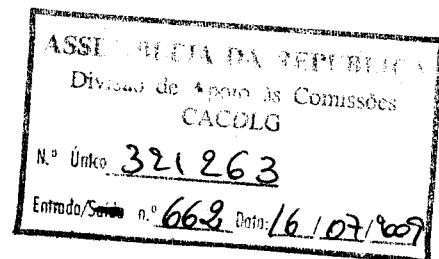
**Artigo 19.º (novo)**

**Norma Revogatória**

**São revogados os artigos 1.º a 17.º do Decreto-Lei 200/2001, de 13 de Julho.**

Palácio de S. Bento, 22 de Junho de 2009

**Os Deputados,**



*Distribuído a  
1607 2009  
G.A.M.*



## PROPOSTA DE LEI N.º 274/X

**“Define a natureza, a missão e as atribuições da Polícia Judiciária Militar, bem como os princípios e competências que enquadram a sua acção enquanto corpo superior de polícia criminal auxiliar da administração da justiça”**

### PROPOSTAS DE ALTERAÇÃO

#### Artigo 6.º

[...]

1. **A PJM, no âmbito das suas atribuições e competências e no estrito respeito pelas normas e procedimentos aplicáveis:**
  - a) **Accede directamente à informação relativa à identificação civil e criminal constante dos ficheiros magnéticos dos serviços de identificação civil e criminal e presta obrigatoriamente colaboração na análise de aplicações de tratamento automático da informação com interesse para a prevenção e investigação criminal, quando efectuada pelo Instituto das Tecnologias de Informação na Justiça, I. P;**
  - b) **Accede directamente à informação relativa à identificação dos militares constante dos ficheiros de pessoal dos ramos das Forças Armadas e da GNR;**
  - c) **A PJM acede à informação de interesse criminal contida nos ficheiros de outros organismos nacionais e internacionais, competentes em matéria de investigação criminal, celebrando protocolos de cooperação sempre que necessário, sem prejuízo do estipulado em legislação própria.**
2. **A PJM designa um oficial de ligação junto da Polícia Judiciária (PJ) para articulação específica com o Laboratório de Polícia Científica e a Escola de**



Polícia Judiciária.

Artigo 7.º

[...]

- 1 - À PJM é admitida a constituição de bases de dados, de modo a organizar e manter actualizada, **no âmbito das suas competências e atribuições**, a informação necessária ao exercício dos **respectivos** poderes de prevenção e de investigação criminal, bem como a possibilitar o apuramento de dados estatísticos.
- 2 - O conteúdo e a exploração da informação armazenada nas bases de dados são realizados com rigorosa observância das disposições contidas na **Lei da Protecção de Dados Pessoais**.
- 3 - **É responsável pela bases de dados o director-geral da PJM.**
- 4 - **A base contém os seguintes dados:**
  - a) **Nome;**
  - b) **Alcunha;**
  - c) **Posto;**
  - d) **Data de nascimento;**
  - e) **Filiação;**
  - f) **Naturalidade;**
  - g) **Sexo e características físicas particulares, objectivas e inalteráveis;**
  - h) **Morada;**
  - i) **Número de telefone;**
  - j) **Situação profissional;**
  - l) **Número de recluso;**
  - m) **Número de ficheiro biográfico e de pessoas a procurar;**



- n) Número e o tipo de documentos de identificação referenciado no expediente;
  - o) Número de identificação bancária.
- 5 - Os dados podem ser transmitidos ao Ministério Público e aos órgãos de polícia criminal nos termos previstos no CPP.
- 6 - O direito de informação e de acesso aos dados pelo seu titular faz-se nos termos da Lei da Protecção de Dados Pessoais.
- 7 - Todos os acessos e comunicação de dados são devidamente inscritos em registo, contendo designadamente:
- a) Quem acedeu aos dados, no respeito da legislação aplicável;
  - b) O historial de consulta com respectiva data e hora;
  - c) Os nomes das pessoas responsáveis pela edição de dados e gestão do sistema.

Palácio de S. Bento, 16 de Julho de 2009

**Os Deputados,**